

Educação Especial e Inclusão Educacional: formação profissional e experiências em diferentes contextos

*Reflexions on Special Education and Educational Integration:
Professional training and experiences in different contexts.*

Andréa Pires Dayrell da Cunha Pereira¹

Letícia Rodrigues de Castro ²

Ludmile Cristine Mendes Santos³

DECHICHI, Claudia; SILVA, Lázara Cristina; FERREIRA, Juliene Madureira (Orgs.). *Educação Especial e Inclusão Educacional: formação profissional e experiências em diferentes contextos*. Uberlândia: EDUFU, 2012. 240 p

O livro “Educação Especial e Inclusão Educacional: formação profissional e experiências em diferentes contextos” faz parte da Coleção “Educação Especial e Inclusão Escolar: Políticas, Saberes e Práticas. Série: Novas Pesquisas e Relatos de experiências”, organizada pelo Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial (CEPAE) e pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política, Saberes e Práticas em Educação Especial e Inclusão. Realizado em parceria com as Secretarias de Educação Especial e de Educação Superior do Ministério da Educação

¹ Graduanda em Pedagogia/UFU e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Política e Práticas em Educação Especial (GEPEPES). Bolsista de Iniciação Científica pela FAPEMIG ano de 2011. E-mail: andreadayrell@gmail.com

² Graduanda em Pedagogia/UFU e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Política e Práticas em Educação Especial (GEPEPES). bolsista de Iniciação Científica pela FAPEMIG ano de 2010 e 2011. E-mail: rc_leticia@yahoo.com.br

³ Aluna Especial do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Política e Práticas em Educação Especial. bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq, durante o ano de 2010. E-mail: ludcmsantos@gmail.com

(SEESP/SESU/MEC) em função das atividades do Programa Incluir e com apoio da Editora Universitária da Universidade Federal de Uberlândia (EDUFU). A obra, organizada pelas professoras Claudia Dechichi (Instituto de Psicologia/UFU), Lázara Cristina da Silva (Faculdade de Educação/UFU) e Juliene Madureira Ferreira (Escola de Educação Básica /UFU), é composta por oito capítulos, totalizando 240 páginas.

No Capítulo I, *Estratégia de Intervenção Psicológica na Construção da Inclusão Escolar*, as professoras Cláudia Dechichi (IP/UFU) e Heloísa Szumansk (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP) apresentam a *Entrevista Reflexiva a partir do Registro de Observação (EROb)*, desenvolvida durante a tese de doutorado da primeira autora. Para compor os referenciais teóricos, as autoras recorreram a Durant (1996), Bronfenbrenner (1998), Chauí (2008), Bordieu (1973), dentre outros autores. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas, entendidas como eventos fundamentais no jogo interacional na relação diádica entre sujeitos. A EROb possibilita ao entrevistado novo olhar sobre a realidade, além de aprofundar a percepção e interpretação de sua prática e as interações nela estabelecidas. Para as autoras, os resultados da pesquisa permitem afirmar que a EROb constitui em excelente estratégia de investigação e intervenção psicoeducacional, para o Psicólogo Escolar e pesquisadores, especialmente para aqueles envolvidos com a formação continuada de professores.

O Capítulo II, *Políticas públicas e formação de professores: Vozes e Vieses na Educação Inclusiva*, escrito por Lázara Cristina da Silva e Marilúcia Menezes de Rodrigues (Faculdade de Educação – UFU), foi organizado a partir dos resultados de pesquisa de doutorado da primeira autora, orientada pela segunda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). As autoras apresentam os marcos nacionais e internacionais da educação inclusiva, como elementos para compreensão e análise das políticas públicas e dos espaços de formação inicial de professores desenvolvidas por instituições públicas de Educação Superior. Direcionados à compreensão de como a temática da educação inclusiva,

quanto à escolarização das pessoas com deficiência intelectual, sensorial e física, esses marcos nacional e internacional têm permeado a formação de professores no âmbito dos documentos educacionais oficiais e orientadores do Brasil após 1990 e dos atuais currículos dos cursos das diversas licenciaturas, dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* e/ou demais espaços de formação de professores e profissionais da educação. Além desses, consideraram os Projetos Políticos Pedagógicos das instituições públicas superiores que participaram do Encontro de Pesquisadores em Educação da Região Centro-Oeste (EPECO) no período de 2000 a 2006: UFG–Goiânia, UFMT–Cuiabá, UFMS–Campo Grande, UFU-Uberlândia e UnB-Brasília. O estudo subsidiou-se na legislação vigente, nos estudos de Deleuze (1988, 1995, 2003,), Foucault (1990), Guattari (1999), Lara e Larrosa (1998), além de outros autores. Nesse capítulo, foi destacado que, no sistema inclusivo, todos têm direito à escolarização, ao reconhecimento e à compreensão da diferença no currículo formativo dos profissionais e em sua prática pedagógica, e foi constatado que a discussão sobre a temática encontra-se em processo inicial, localizada em alguns cursos e não faz parte das políticas institucionais. As autoras defendem a inserção crítica dessa temática, situada histórica, política, social e culturalmente nos diferentes espaços de formação. Elas concluem que há que se permitir a possibilidade de, no ato de experimentar a diferença, deixar que as pessoas existam e se humanizem livres de rótulos e formas que as enquadrem em um modelo padronizado de aprender e exercitar o seu direito à vida.

No Capítulo III, *As políticas públicas de inclusão e as Universidades Federais Mineiras*, as professoras Nivânia Maria de Melo Reis (PUC/MG) e Priscila Augusta Lima (Faculdade de Educação da UFMG), trazem informações obtidas em uma pesquisa de mestrado apresentada em 2010 pela primeira autora, orientada pela segunda, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG). A pesquisa tem por foco a inclusão de alunos com deficiências nas onze Universidades Federais do Estado de

Minas Gerais e teve por sujeitos professores e/ou técnicos educacionais que atuam no processo de inclusão nessas universidades, nos núcleos e/ou comissões de acessibilidade. As autoras buscam, neste capítulo, desvendar como ocorria a inclusão, os limites, as possibilidades e os impasses nesse processo e as ações inclusivas propostas e implementadas entre 2003 a 2007, para garantir o acesso e a permanência desses alunos nessas instituições. Para fundamentar a base teórica da pesquisa, as autoras referenciam-se na legislação vigente, nos dados do Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e nos autores Bardin (1995), Cury (2005), Martins (1997), dentre outros. Foram aplicados questionários e gravadas entrevistas com professores e técnicos educacionais que atuam no processo de inclusão nessas universidades, nos núcleos ou comissões de acessibilidade. Os resultados ao final da pesquisa indicaram divergência entre os dados informados pelas instituições mineiras e pelo Censo do MEC nesse período. Observam que a educação inclusiva ainda está em “construção” nas instituições estudadas, pois a forma de financiamento adotada pela SESU/MEC, para desencadear processos inclusivos nessas instituições precisa ser compreendida e revista, repensando na responsabilidade institucional e a possibilidade de uso do orçamento próprio das instituições para tal fim. As autoras concluem que houve acréscimo no número de alunos incluídos e confirmam ausência de estudos para elaboração de políticas que promovam avanços para a educação inclusiva no ensino superior.

Em *Educação Inclusiva e o psicólogo da rede pública de educação de Minas Gerais*, Capítulo IV, Anabela Almeida Costa e Santos, Sílvia Maria Cintra da Silva, e Paula Cristina Medeiros Rezende (docentes do curso de Psicologia da UFU/MG), Cláudia Silva de Souza (Instituto Tereza Valse Pantellini), e Fabiana Marques Souza, Jaqueline Olina de Oliveira, Lílian Rodrigues de Souza (discentes do curso de Psicologia da UFU/MG), partem da pesquisa interinstitucional *A atuação do psicólogo na rede pública de educação frente à demanda escolar: concepções, práticas e inovações*, para

aprofundar a discussão sobre os desafios da atuação do psicólogo escolar na educação inclusiva, buscando as concepções e práticas desenvolvidas pelos psicólogos da rede pública para o atendimento às queixas escolares. Tomando por base a legislação pertinente e diferentes autores, como Anache (2009), Angelucci (2006), Colares (1996), Gentili (2007), dentre outros, as autoras buscam elementos para enriquecer as discussões e a qualidade de ensino para todos na Psicologia Escolar e Educacional. Dessa pesquisa, realizada entre 2007 e 2010, participaram 99 municípios do estado de Minas Gerais, psicólogos de diversas microrregiões e escolas que contavam com apoio psicológico, totalizando 32 sujeitos. As autoras identificaram 06 municípios, em diferentes microrregiões, que têm se preocupado com a Educação Inclusiva, como Triângulo Mineiro, Sul de Minas, Zona da Mata e Região Central. A partir de reflexões sobre os dados obtidos, destacam que, dos 32 participantes, apenas 06 disseram desenvolver ações ligadas a esse campo de atuação, concluindo que o movimento inclusivo ainda não é parte significativa dos projetos educacionais da maioria dos municípios estudados. Nesse capítulo são reveladas dificuldades dos psicólogos em efetivar o trabalho com a inclusão, como a formação dos professores, dos próprios psicólogos e demais membros da equipe para trabalhar com a questão. Também nessa pesquisa insurgiram divergências de concepções e falta de apoio e subsídio das Secretarias de Educação, dentre outras. Destacam que as políticas públicas têm impulsionado o Atendimento Educacional Especializado (AEE), possibilitando ações e projetos, nas escolas públicas, para a Educação Inclusiva. Entretanto, entendem caber ao psicólogo propor espaços para discutir as políticas educacionais, as práticas pedagógicas voltadas para a inclusão e o compromisso social da escola com a formação humana, baseadas em referenciais que desconstruam visões deterministas sobre aprendizagem e desenvolvimento de alunos com deficiências, propondo formas de avaliação e atuação mais emancipadas.

Carlos Henrique Rodrigues, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no Capítulo V, elabora reflexões sobre a

escolarização de alunos Surdos, a partir do estudo do caso de sucesso escolar de uma aluna Surda, entendendo como sucesso escolar a longevidade de alunos Surdos até o Ensino Superior. O autor aborda a questão da aquisição de capital cultural e linguístico e de fatores como a mobilização familiar e pessoal para o acesso ao Ensino Superior, e adota o termo “Surdo” para os sujeitos que compõem essa minoria linguística e cultural, abrindo interessante consideração sobre seus modos de ser, pensar e agir, relacionados à sua percepção visual do mundo e ao uso da língua de sinais. Além disso, reflete sobre a necessidade de se considerar as diferenças linguísticas e culturais, por serem, Surdos e ouvintes, usuários de línguas diferentes, a Língua de Sinais e a Língua Oral, ressaltando que a Língua de Sinais é a língua materna ou natural dos Surdos, e reconhecida como língua oficial da comunidade surda. Baseia-se nas obras de Bordieu (1994), Viana (1996, 1998, 2000, 2005), Lahire (1997), dentre outros, e dos Estudos Surdos, para problematizar as questões consideradas. Como instrumento para o estudo, foram efetuadas entrevistas com respostas por escrito e conversas informais, presenciais e por MSN (*Microsoft Service Network*). O objetivo desse estudo foi apontar elementos que evidenciassem as diferenças consequentes da perda de audição, considerando-a fenômeno cultural e não clínico. O autor trabalha com o estudo do caso de Patrícia que, mesmo perdendo a audição aos 16 meses de idade, se graduou em Pedagogia e hoje faz parte da comunidade surda, milita em sua causa, além de dar continuidade aos seus estudos. O autor ressalta as contradições entre o distanciamento e a assunção de uma identidade linguístico-cultural diferente da cultura dominante, enfatizando a interdependência de várias práticas na mobilização familiar para seu sucesso escolar. Além disso, destaca a educação propiciada pela família nas práticas de leitura e escrita, contrapondo-se às escolas de Surdos da época de sua educação, que buscavam normalizar o oralismo e a leitura labial, minorizando conteúdos curriculares. O autor conclui que a aceitação, o reconhecimento da Libras e seu uso

no ambiente escolar e acadêmico são fundamentais para o acesso e permanência dos Surdos no ambiente escolar e no Ensino Superior.

Com o título de *Formação Continuada de Professores a Distância: Concepções de Professores sobre a Surdez, Libras e Educação de Pessoas Surdas*, no Capítulo VI, a professora da Faculdade de Educação da UFU, Marisa Pinheiro Mourão, apresenta informações obtidas a partir do Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial da Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado pela Secretaria de Educação Especial (MEC), na modalidade a distância, e oferecido pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no curso *Professor e surdez: cruzando caminhos, produzindo novos olhares*, aprovado em 2007. O curso visava capacitar professores para a educação de pessoas surdas, dar suporte para o aprendizado da Libras e propiciar discussões teóricas e metodológicas sobre a surdez, suas implicações na educação e diretrizes para a formação desses profissionais. A base para o desenvolvimento da pesquisa considerou a legislação vigente, dados do Ministério da Educação (MEC) e autores/pesquisadores como Skliar (1997), Quadros (1997), Dorziat (2000), Karnopp (2004), dentre outros. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram questionários com perguntas em torno de questões pessoais, acadêmicas, profissionais e outras, relativas às concepções de educação de pessoas surdas, à Língua Brasileira de Sinais, e às práticas inclusivas da realidade dos cursistas. A autora observa que, mesmo com a democratização do processo de inclusão, a maioria dos professores ainda possui pouco ou nenhum conhecimento e formação para lidar com as diferentes necessidades de ensino e de aprendizagem em contextos inclusivos. A autora ressalta, ainda, a necessidade de investimentos na formação inicial e continuada desses profissionais para que consigam desempenhar seu trabalho junto aos aprendizes surdos. Participaram da pesquisa 96 professores cursistas do “Professor e Surdez”, vinculados à rede pública de ensino e que atuavam na docência da Educação Básica. Para a autora, é essencial que os professores entendam que a Libras é a ferramenta mais importante na compreensão

dos significados, na formação de sentido e estruturação do pensamento para os surdos. A Libras possui todos os requisitos científicos para ser considerada instrumento linguístico, como qualquer outra língua. Durante o estudo, os cursistas demonstraram sentimentos, concepções, anseios, rupturas e inquietações com relação à educação atual, com as condições de trabalho precárias que interferiram em sua formação. Foi possível perceber não só a preocupação deles em se preparar para atender os alunos surdos, mas também que compartilham uma visão de escola aberta para o diálogo, para a discussão das diferenças e para a revisão das metodologias e recursos utilizados. Da mesma forma, a autora destaca a possibilidade de ampliar alternativas para a formação de profissionais da educação para atuar numa proposta de escola inclusiva, e de buscar atendimento dos alunos surdos em suas diferenças, proporcionando condições igualitárias de acesso aos conhecimentos socialmente acumulados.

No Capítulo VII, *A educação a distância via web a serviço da formação continuada de profissionais para atuação no Atendimento Educacional Especializado: Contribuições da Universidade Federal de Uberlândia*, as professoras Juliene Madureira Ferreira (Escola de Educação Básica-UFU) e Claudia Dechichi (Instituto de Psicologia-UFU) trazem contribuições obtidas da análise de dois dos cursos dispostos na Rede Nacional de Formação Continuada de Professores em Educação Especial da SEESP/MEC, ofertados pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU): *Curso Básico: Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado* e *Atendimento Educacional Especializado para alunos Surdos*. A legislação brasileira e autores como Abrantes (1997), Bordenave (1987), Candau (1996), além de outros, serviram como base teórica para esse trabalho. As autoras destacam que pessoas com deficiência têm o direito de participar dos mesmos processos de ensino e aprendizagem do restante da população e de ter consideradas suas necessidades educacionais específicas. Percebem a escola como uma instituição social capaz de permitir o acesso aos conhecimentos construídos e acumulados pelos homens e, também, capaz de proporcionar a internalização de

deveres e regras da sociedade. Entretanto, demarcam que é necessária a reestruturação da sociedade para poder incluir a todos em seus sistemas sociais. Além disso, concordam que as discussões no âmbito da educação especial são significativas para garantir a inserção, permanência e participação de estudantes pertencentes ao público da educação especial na escola. Para as autoras, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), na Rede Pública de Ensino Regular, é recente e está em processo de construção; e entendem a formação continuada dos professores e profissionais envolvidos no processo educacional como um dos pilares para a efetivação da transformação social prevista pela inclusão. Concluem que a modalidade de educação a distância, para a formação continuada de professores da rede pública na educação especial, tem possibilitado resultados positivos. Para elas, a UFU, ao oferecer esses cursos, contribui para a efetivação da inclusão social/escolar, mas consideram que essa inclusão só acontecerá quando a sociedade, como um todo, participar das discussões que sustentam esse paradigma.

No Capítulo VIII, *Acolher e incluir: Um estudo sobre a ludicidade em instituições de acolhimento*, as professoras Célia Vectore e Anamaria Rodrigues Resende de Sousa (Instituto de Psicologia – UFU) resgatam a riqueza do brincar. Debruçando-se sobre a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Referenciais Curriculares para a Educação Infantil (1998), Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009), e em Carleto (2000), Vectore (2003), e outros, as autoras buscam repensar as práticas institucionais e a incorporação de espaços de brincar. Além disso, pesquisam o brincar em uma instituição de acolhimento, que recebe crianças em momentos delicados de sua existência, com o objetivo de compreender como as educadoras utilizam a ludicidade para ajudar as crianças a se desenvolverem, e propõem olhar a brincadeira como atividade social, em um determinado contexto sociocultural, que traz “marcas” da experiência e vivências de cada criança. Observam que, no contexto de institucionalização da infância, a brincadeira torna possível satisfazer desejos e necessidades, sendo fonte de desenvolvimento para a

criança; assim, o educador tem papel fundamental como mediador na brincadeira junto à criança. Esse artigo relata um estudo exploratório com sete educadoras, oito crianças entre três e sete anos de idade e a coordenadora do abrigo. A pesquisa compreendeu primeiramente entrevistas com as educadoras e a coordenadora dessa instituição, para conhecer suas concepções sobre o brincar e sua inserção em sua prática, além de vídeo-gravações de situações lúdicas vividas pelas crianças, com ou sem a presença dessas profissionais. Em seguida, foram realizadas novas vídeo-gravações, agora com a presença das educadoras, para observar a interação dessas profissionais com as crianças. A filmagem serviu de base para a realização de novas entrevistas e possibilitou momentos de discussão e reflexões. Nas primeiras entrevistas, as educadoras enfatizaram a brincadeira como fundamental para o desenvolvimento infantil, e declararam que participavam ativamente da brincadeira das crianças. Entretanto, as observações das filmagens demonstraram uma prática em que o brincar não era privilegiado. Também por meio dessas observações foi possível detectar que havia um distanciamento das educadoras nos momentos em que as crianças brincavam, isto é, elas se ausentavam ou ocupavam-se com outras atividades. A participação delas nas brincadeiras relacionava-se à percepção de seu papel na instituição e à dificuldade de se conceber como educadoras, comportando-se como mães, babás ou cuidadoras. Em suas falas, demonstravam perceber a riqueza da brincadeira e a importância do tema família nesse brincar. Todavia, na prática, se resumiam à observação da brincadeira, por insegurança de como agir ou o que dizer nessas situações. Para as autoras, a ineficácia da capacitação do educador atuante em instituições de acolhimento é consequência da falta de formação e da falta de conhecimento dos aspectos da promoção do desenvolvimento infantil. As autoras destacam, nesse capítulo, a visível insegurança, por parte das educadoras, decorrente desse fato, a dificuldade de planejamento de atividades e de um projeto educativo de qualidade em que o brincar seja intencional e com objetivos claros. Concluem que as brincadeiras devem ser compreendidas e incentivadas nas

situações de acolhimento infantil e o desejo de que seu trabalho estimule estudos e discussões acerca das condições adequadas ao desenvolvimento pleno e inclusão social de crianças em acolhimento institucional.

Acreditamos que a leitura dessa obra contribuirá para ampliar o entendimento sobre as questões relacionadas à inclusão educacional, pois os temas abordados abarcam diferentes nuances e olhares de profissionais de áreas distintas em contextos escolares e não escolares, representando a oportunidade de sua compreensão e desnaturalização.